



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**5º EXAME
DE
SELEÇÃO**

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE
E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
- 1996 -



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01) A Constituição do Estado é elaborada:
- a) pela Câmara dos Deputados e aprovada pelo Senado Federal.
 - b) pelo Senado Federal e aprovada pela Câmara dos Deputados.
 - c) pela Assembléia Legislativa com aprovação das Câmaras de Vereadores dos Municípios que integram o Estado.
 - d) pela Assembléia Legislativa com sanção do Governador do Estado.
 - e) pela Assembléia Legislativa.
- 02) A Lei Orgânica do Municipio é elaborada:
- a) pela Câmara de Vereadores.
 - b) pela Câmara de Vereadores com sanção do Prefeito.
 - c) pela Câmara de Vereadores com a aprovação da Assembléia Legislativa.
 - d) pela Câmara de Vereadores com sanção do Governador.
 - e) pela Assembléia Legislativa do Estado.
- 03) São órgãos do Poder Judiciário:
- a) Tribunal Marítimo, Juizado de Pequenas Causas, Tribunal de Justiça Desportiva.
 - b) Juizado de Pequenas Causas, Auditoria Militar, Tribunal de Contas.
 - c) Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal de Contas.
 - d) Juizado de Pequenas Causas, Tribunal de Alçada, Tribunal de Justiça.
 - e) nenhuma das respostas acima.
- 04) Assinale a resposta incorreta:
- a) o Municipio participa da arrecadação do IPVA.
 - b) o Estado participa da arrecadação do Imposto de Renda.
 - c) o Imposto Territorial Rural é da competência municipal.
 - d) o ICMS é da competência estadual.
 - e) o IPI é da competência federal.
- 05) São direitos assegurados a todos os individuos, exceto:
- a) saúde e integridade física.
 - b) proteção ao consumidor.
 - c) liberdade de expressão.
 - d) salário mínimo e garantia de emprego.
 - e) liberdade de associação.
- 06) Sobre o Principio da Legalidade é correto afirmar que:
- a) o individuo é livre para agir se não proibido por lei.
 - b) a Administração só pode agir com autorização da lei.
 - c) só a lei pode criar ou majorar tributos.
 - d) só a lei pode instituir crimes e penalidades.
 - e) todas as respostas acima.

- 07) A regulamentação de leis é ato:
- a) privativo do Presidente da República.
 - b) privativo da Mesa do Senado Federal.
 - c) privativo do Presidente do Congresso Nacional.
 - d) privativo do Presidente da Câmara dos Deputados.
 - e) nenhuma das respostas acima.
- 08) Sobre direitos dos servidores públicos pode se afirmar:
- a) só tem direito a aposentadoria quem tem cargo vitalício.
 - b) só é estável no serviço público quem tem mais de um ano no cargo.
 - c) só mediante concurso público pode ser preenchido qualquer cargo.
 - d) é vedada qualquer forma de acumulação de cargos.
 - e) a improbidade administrativa pode implicar na perda do cargo.
- 09) A Constituição Federal não pode ser emendada mediante proposta:
- a) do Presidente da República.
 - b) de mais da metade dos Governadores de estado
 - c) de mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação
 - d) de um terço dos membros da Câmara dos Deputados.
 - e) de um terço dos membros do Senado Federal.
- 10) Constituem monopólio da União, exceto:
- a) pesquisa e lavra de petróleo.
 - b) refinação de petróleo estrangeiro.
 - c) transporte marítimo de petróleo bruto.
 - d) comércio no varejo de derivados de petróleo.
 - e) transporte por meio de conduto de petróleo bruto.
- 11) As regiões metropolitanas são instituídas:
- a) por lei federal
 - b) por lei estadual
 - c) por convênio dos municípios envolvidos.
 - d) todas as respostas acima.
 - e) nenhuma das respostas acima.
- 12) A Procuradoria Geral do Estado integra:
- a) o Poder Judiciário, como função essencial à Justiça.
 - b) o Poder Legislativo, para o controle da legalidade.
 - c) o Poder Executivo, para o controle da legalidade
 - d) é órgão autônomo
 - e) todas as respostas acima.
- 13) A criação de empresas públicas é matéria de lei:
- a) federal.
 - b) estadual.
 - c) municipal.
 - d) todas as respostas acima.
 - e) nenhuma das respostas acima.

- 14) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
- a) a forma federativa de Estado.
 - b) o voto direto, secreto e universal e periódico.
 - c) a separação de poderes.
 - d) os direitos e garantias individuais.
 - e) todas as respostas acima.
- 15) Não são tributos:
- a) as contribuições de melhoria.
 - b) as contribuições sociais.
 - c) as anuidades da OAB.
 - d) as tarifas públicas.
 - e) as taxas de fiscalização de estabelecimentos.
- 16) Integram o Poder Judiciário, exceto:
- a) as auditorias militares
 - b) os juizes classistas
 - c) os Ministros do Tribunal de Contas.
 - d) os juizes eleitorais.
 - e) todas as respostas acima.
- 17) São serviços públicos, exceto:
- a) distribuição de gás canalizado.
 - b) telecomunicações.
 - c) assistência judiciária.
 - d) transporte de cargas.
 - e) distribuição de energia elétrica.
- 18) Assinale a afirmativa incorreta:
- a) a Licitação é sempre obrigatória para contratos da administração.
 - b) o concurso público só é obrigatório para os cargos de provimento efetivo
 - c) o gestor de recursos públicos deve, sempre, prestar contas ao Tribunal de Contas.
 - d) o Poder Judiciário tem iniciativa de leis que versem sobre a criação de novas varas judiciárias.
 - e) todas as respostas acima.
- 19) A proteção às florestas é da competência:
- a) da União.
 - b) dos Estados.
 - c) dos Municípios.
 - d) todas as respostas acima.
 - e) nenhuma das respostas acima
- 20) Assinale a afirmação mais adequada. A celebração de tratados compete:
- a) ao Presidente da República.
 - b) ao Presidente da República e aos Governadores.
 - c) ao Presidente da República com posterior aprovação do Congresso Nacional.
 - d) ao Presidente da República com prévia autorização do Congresso Nacional.
 - e) ao Presidente da República, aos Governadores e aos Prefeitos.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

- 21) O direito de retenção, o desforço imediato, o penhor legal, o direito de cortar raízes e ramos de árvores em prédios limitrofes, são exemplos de:
- autocomposição.
 - autotutela.
 - juízo arbitral.
 - defesa indireta de mérito.
 - exercício arbitrário das próprias razões.
- 22) A garantia de que ninguém pode ser julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato e com o propósito de julgá-lo é uma aplicação do princípio:
- da igualdade entre as partes no processo.
 - do contraditório e da ampla defesa.
 - da motivação das decisões judiciais.
 - da publicidade dos atos processuais.
 - do juiz natural.
- 23) Prova emprestada é aquela produzida:
- em juízo de instância inferior em cumprimento à carta de ordem.
 - em outro país, por carta rogatória.
 - em outra comarca, por carta precatória.
 - num processo e utilizada em outro.
 - em medida cautelar de produção antecipada de provas.
- 24) Num requerimento de interdição em que o interditando se oponha ao requerente, a atividade desenvolvida pelo órgão jurisdicional será:
- de jurisdição contenciosa, porque a resistência à interdição caracteriza uma lide.
 - de jurisdição voluntária, porque não há conflito de interesses, já que a eventual interdição far-se-á no interesse do interditando.
 - de jurisdição contenciosa, porque necessariamente estabelecer-se-á o contraditório e garantir-se-á a ampla defesa.
 - de jurisdição voluntária, porque o juiz poderia decretar a interdição *ex officio*.
 - de jurisdição contenciosa, porque estará em jogo uma questão de estado.
- 25) Compete ao Supremo Tribunal Federal, como órgão de cúpula do Poder Judiciário, julgar originariamente:
- a Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
 - o recurso extraordinário interposto contra decisões que contrariem texto constitucional.
 - os Mandados de Segurança e os Habeas Data contra ato de Ministro de Estado.
 - o impeachment do Presidente da República.
 - as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.
- 26) A representação judicial e a consultoria jurídica dos Estados-Membros da federação compete:
- aos escritórios de advocacia contratados para tal fim mediante prévia licitação.
 - aos escritórios de advocacia contratados para tal fim, dispensada a licitação na hipótese de notória especialização de seus integrantes para determinada causa ou determinado parecer.
 - a Defensoria Pública estadual.
 - aos Procuradores do Estado.
 - ao Ministério Público estadual.

27) A eleição do foro prevista no artigo 111 do Código de Processo Civil é hipótese de:

- a) prorrogação legal de competência absoluta.
- b) prorrogação legal de competência relativa.
- c) prorrogação voluntária expressa de competência relativa.
- d) prorrogação tácita de competência relativa.
- e) prorrogação voluntária expressa de competência absoluta.

28) Quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual, o juiz:

- a) ordenará o arquivamento dos autos, declarando extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em quarenta e oito horas.
- b) decretará a perempção.
- c) extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- d) decretará a revelia do réu.
- e) condenará o autor como litigante de má-fé.

29) A preclusão pode ser de três espécies, a saber:

- a) temporal, lógica ou consumativa.
- b) objetiva, subjetiva ou mista.
- c) impeditiva, modificativa ou obstativa.
- d) legal, convencional ou judicial.
- e) definitiva, terminativa ou interlocutória.

30) Os atos meramente ordinatórios como a juntada e a vista obrigatória:

- a) independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.
- b) são de atribuição exclusiva do servidor não podendo ser praticados pelo juiz, sob pena de nulidade.
- c) admitem recurso de agravo quando praticados pelo juiz.
- d) podem ser praticados pelo servidor, desde que a requerimento da parte.
- e) podem ser praticados pelo juiz ou pelo servidor indistintamente, em qualquer caso provocados por requerimento das partes.

DIREITO CIVIL

- 31) Assinale a alternativa incorreta:
- a) a analogia é meio de integração do direito.
 - b) a interpretação extensiva é meio de integração do direito.
 - c) os costumes são meio de integração do direito.
 - d) os princípios gerais do direito são meio de integração do direito.
 - e) na aplicação da lei, o juiz deve atender aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- 32) Assinale a alternativa incorreta: São bens imóveis:
- a) a máquina agrícola utilizada para a lavoura.
 - b) os direitos reais sobre imóveis.
 - c) os direitos de autor.
 - d) o direito à sucessão aberta.
 - e) as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade.
- 33) Assinale a alternativa correta: O prazo prescricional para se anular um ato jurídico cometido mediante coação é de:
- a) 6 meses
 - b) 2 anos
 - c) 4 anos
 - d) 5 anos
 - e) 20 anos
- 34) Assinale a alternativa incorreta: Na fraude contra credores:
- a) praticada por ato de transmissão gratuita de bens, é preciso para a anulação que o credor comprove o dano resultante da alienação e o "consilium fraudis".
 - b) praticada por ato de transmissão gratuita de bens, basta para a anulação que o credor comprove o dano resultante da alienação.
 - c) praticada por ato de transmissão onerosa de bens, é preciso para a anulação que o credor comprove o dano resultante da alienação e o "consilium fraudis".
 - d) somente os credores que já o eram ao tempo da prática do ato fraudulento podem pleitear a sua anulação.
- 35) Assinale a alternativa correta: É anulável o ato jurídico:
- a) quando praticado por pessoa absolutamente incapaz.
 - b) quando for ilícito o seu objeto.
 - c) quando não revestir a forma prescrita em lei.
 - d) quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
 - e) por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.
- 36) Assinale a alternativa incorreta: São considerados acessórios:
- a) os frutos, produtos e rendimentos gerados por um bem.
 - b) a casa em relação ao solo.
 - c) a árvore em relação ao solo.
 - d) a pintura em relação à tela.
 - e) a cerca em relação ao solo.
- 37) Assinale a alternativa incorreta:
- a) quando o ato for sujeito a condição suspensiva, o direito se adquire quando praticado o ato, ficando apenas o seu exercício sujeito ao implemento da condição.

- b) quando o ato for sujeito a condição suspensiva, o direito somente é adquirido com o implemento da condição.
- c) quando a condição for resolutiva, o direito se extingue quando do implemento da condição.
- d) o termo inicial suspende apenas o exercício do direito e não a aquisição do direito.
- e) o titular de direito sujeito a condição suspensiva pode exercer atos destinados a conservá-lo.

38) Assinale a alternativa incorreta:

- a) o ato anulável pode ser ratificado pelas partes.
- b) a obrigação contraída sem assistência por uma pessoa de 20 anos de idade é anulável.
- c) uma pessoa com dezesseis anos de idade responde pelos atos ilícitos que praticar.
- d) para quem reclame de um incapaz o que a ele pagou em virtude de obrigação anulada, é preciso que comprove que tal importância reverteu efetivamente em favor do incapaz.
- e) a nulidade da obrigação acessória implica na nulidade da obrigação principal.

39) Assinale a alternativa incorreta: No ato ilícito praticado por funcionário público:

- a) a responsabilização pessoal do funcionário depende da demonstração da sua culpa.
- b) a responsabilização do Estado depende da demonstração da culpa do funcionário, e tanto na responsabilização do Estado, quanto na responsabilização do funcionário, é preciso que a vítima demonstre ter sofrido dano para obter êxito.
- c) tanto na responsabilização do Estado, quanto na responsabilização do funcionário, é preciso que a vítima demonstre ter havido nexo de causalidade entre o ato praticado pelo funcionário e o dano por ela sofrido.
- d) a responsabilidade do Estado e do funcionário desaparecem, se demonstrada a culpa exclusiva da vítima.

40) Assinale a alternativa correta:

- a) a suspensão da prescrição faz com que o prazo reinicie do zero.
- b) a interrupção da prescrição faz com que o prazo reinicie, levando-se em consideração o tempo decorrido anteriormente ao momento da interrupção.
- c) a suspensão da prescrição em favor de credor solidário de dívida de dinheiro não aproveita aos demais credores solidários.
- d) a prescrição começa a correr, mesmo pendendo condição suspensiva.
- e) a interrupção da prescrição por um credor solidário aproveita aos outros credores solidários.

41) Assinale a alternativa incorreta:

- a) as ações pessoais prescrevem de ordinário em trinta anos.
- b) as ações reais prescrevem em dez anos entre presentes.
- c) as ações reais prescrevem em quinze anos entre ausentes.
- d) as ações contra pessoa jurídica de direito público interno prescrevem em cinco anos.
- e) as ações para cobrança de prestações de pensões alimentícias prescrevem em cinco anos.

42) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a solidariedade não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) há solidariedade ativa, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, cada um com direito à dívida toda.
- c) há solidariedade passiva, quando na mesma obrigação concorre mais de um devedor, cada um obrigado à dívida toda.
- d) na solidariedade passiva, impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, respondem todos pelas perdas e danos.
- e) a obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-devedores e condicional ou a prazo, para o outro.

43) Assinale a alternativa incorreta: Nas obrigações alternativas:

- a) há pluralidade de prestações, devendo a obrigação ser cumprida mediante a escolha de uma das prestações previstas no contrato.
- b) a escolha cabe ao devedor, se diversamente não se estipulou.
- c) o devedor não pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- d) se uma das duas prestações se tornar inexecutível, pode o credor exigir a prestação subsistente ou o valor equivalente ao da prestação inexecutível.
- e) se todas as prestações se tornarem inexecutíveis sem culpa do devedor, extingue-se a obrigação.

44) Assinale a alternativa incorreta:

- a) mora do devedor é o inadimplemento culposamente de uma obrigação.
- b) o devedor em mora não responde por perdas e danos, se o objeto da obrigação se perdeu em razão de caso fortuito ou força maior.
- c) a mora do credor subtrai o devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa.
- d) o credor em mora deve ressarcir ao devedor as despesas de conservação da coisa.
- e) nas obrigações decorrentes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde o momento em que o perpetrar.

45) O que é comoriência?

- a) é a ficção de que o falecimento de duas ou mais pessoas na mesma ocasião gera a presunção de que morreram simultaneamente, caso não seja possível averiguar quem morreu primeiro.
- b) é a convivência de duas pessoas de sexo diferente sob o mesmo teto, em situação de concubinato.
- c) é o princípio de que a personalidade começa com o nascimento com vida.
- d) é a ficção legal de que o exercício de atividade conjunta por duas pessoas presume a existência de sociedade entre elas.
- e) nenhuma das respostas anteriores.

46) Assinale a alternativa incorreta:

- a) uma pessoa física pode ter vários domicílios.
- b) a pessoa jurídica de direito privado somente tem como domicílio a sua sede, mesmo que tenha diversos estabelecimentos em lugares diferentes e neles pratique atos.
- c) o domicílio da pessoa física que não tenha residência habitual é o local onde for encontrada.
- d) muda-se o domicílio com a transferência da residência com intenção manifesta de o mudar.
- e) os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.

47) Assinale a alternativa incorreta:

- a) as estradas são bens públicos de uso comum do povo.
- b) o prédio da Procuradoria Geral do Estado é bem público de uso especial.
- c) uma praça pública é bem público dominical.
- d) uma escola pública é bem público de uso especial.
- e) um terreno desocupado pertencente ao Estado é bem público dominical.

48) Assinale a alternativa incorreta: Constituem defeitos dos atos jurídicos, dentro da classificação do Código Civil:

- a) o erro.
- b) a coação.
- c) a incapacidade do agente.
- d) a fraude contra credores.

e) a simulação.

49) Assinale a alternativa incorreta: É nulo o ato jurídico.

- a) quando praticado por menor de dezesseis anos.
- b) quando for ilícito o seu objeto.
- c) quando não revestir forma prescrita em lei.
- d) quando praticado com dolo.
- e) quando praticado por louco.

50) Assinale a alternativa correta:

- a) é possível se renunciar à prescrição a qualquer tempo.
- b) a prescrição, ao se consumir, atinge o direito da pessoa.
- c) pessoas jurídicas não estão sujeitas aos efeitos da prescrição.
- d) a decadência, ao se consumir, atinge a pretensão, mantendo intacto o direito.
- e) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu herdeiro.

**Procuradoria-Geral
do Estado**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

A V I S O

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS E COORDENADOR DO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, divulga os gabaritos do Exame de Seleção realizado no dia 30 de junho de 1996:

DIREITO CONSTITUCIONAL

01-E, 02-A, 03-D, 04-C, 05-D, 06-E, 07-A, 08-E,
09-B, 10-D, 11-B, 12-C, 13-D, 14-E, 15-D, 16-C,
17-D, 18-A, 19-D, 20-C.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

21-B, 22-E, 23-D, 24-B, 25-A, 26-D, 27-C, 28-C,
29-A, 30-A,

DIREITO CIVIL

31-B, 32-C, 33-C, 34-A, 35-E, 36-D, 37-A, 38-E,
39-B, 40-C, 41-A, 42-D, 43-D, 44-B, 45-A, 46-B,
47-C, 48-C, 49-D e 50-E.

O resultado final do Exame de Seleção, com as respectivas classificações, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I, tão logo seja concluída a correção das provas.